



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **4000645-54.2013.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Indenização por Dano Moral**
 Requerente: **Antonio Florencio da Silva**
 Requerido: **Banco Bradesco SA**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Alex Ricardo dos Santos Tavares**

O autor Antonio Florencio da Silva propôs a presente ação contra o réu Banco Bradesco SA, pedindo a) a antecipação dos efeitos da tutela, para exclusão imediata dos dados do autor da Serasa, sob pena de multa diária, no valor de R\$ 100,00; b) a declaração de inexigibilidade do débito, no valor de R\$ 3.040,20, decorrente do contrato nº 00893653989627 que originou a inscrição indevida; c) indenização por danos morais em valor equivalente a quarenta (40) salários mínimos; d) a exibição do contrato assinado, bem como a prova da autenticidade de sua assinatura; e) a confirmação da antecipação de tutela, determinando-se a exclusão definitiva dos dados do autor nos órgãos de proteção e crédito.

Sentença de folhas 16/24 indeferiu a inicial, nos termos do artigo 267, IV, 283 e 295, III do Código de Processo Civil de 1973 e, julgando extinto o feito, sem julgamento do mérito, nos termos do artigo 267, I do Código de Processo Civil.

Embargos de declaração de folhas 29/36.

Sentença de folhas 42/43 julgou improcedentes os embargos de declaração.

Recurso de Apelação interposto pelo autor às folhas 45/57.

Decisão monocrática de folhas 75/76 deu parcial provimento ao recurso para o fim de afastar o decreto de extinção e permitir o prosseguimento dos atos processuais.

4000645-54.2013.8.26.0566 - lauda 1



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Decisão de folhas 87/88 deferiu a tutela antecipada para a suspensão da publicidade do apontamento noticiado às folhas 03.

O réu, em contestação de folhas 102/117, suscitou preliminar de ilegitimidade passiva, falta de interesse de agir e prescrição. No mérito, requereu a improcedência da ação, alegando que: a) o autor contratou financiamento junto ao Banco Finasa S/A (atual Banco Bradesco Financiamentos S/A) em 21/03/2007, a fim de adquirir uma motocicleta Honda CG Titan KS em trinta e seis (36) parcelas de R\$ 202,68; b) confrontando-se as assinaturas da procuração de folhas 09 com o contrato de financiamento de folhas 168, verifica-se que são idênticas, não havendo como alegar portanto, desconhecimento; c) o autor adimpliu apenas vinte e uma (21) parcelas do contrato; d) ante a inadimplência do autor e a evidenciada origem do débito, legítima a inscrição do nome do autor nos órgãos de proteção ao crédito; e) no que diz respeito ao constrangimento, o autor não foi capaz de provar o nexo causal entre o ato lesivo praticado pelo réu e o dano sofrido; f) não há que se falar em desconhecimento do contrato, eis que houve anuência do contratante; g) o nome do autor não consta dos órgãos restritivos como por ele afirmado.

O autor foi intimado a se manifestar sobre a contestação (folhas 202), não se manifestando (folhas 203).

Relatei. Decido.

Passo ao julgamento antecipado da lide, sendo desnecessária a dilação probatória, tendo em vista que os fatos envolvem matéria estritamente de direito, orientando-me pelos documentos carreados (CPC, artigo 434).

Trata-se de ação declaratória de inexistência de débito c.c pedido indenizatório. Sustenta o autor que: a) no mês de agosto de 2013 ao tentar fazer um empréstimo bancário foi informado que o seu nome estaria incluso no cadastro de devedores; b) após pesquisa constatou a restrição de seu nome no banco de dados no

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****4ª VARA CÍVEL****RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Serasa; c) o apontamento seria em decorrência do contrato nº 00893653989627, no valor de R\$ 3.040,20; d) tem direito à indenização pelos danos sofridos em decorrência da negativação efetuada pelo réu; e) jamais contratou empréstimo ou financiamento com o réu, e por esta razão absurda a negativação.

Com efeito, o pedido é improcedente, porque o réu comprovou que o autor é devedor. Acompanhe.

O réu instruiu a contestação com a nota fiscal (**confira folhas 151**), certificado de registro de veículo (**confira folhas 153**), consulta do sistema nacional de gravames, contendo dados do financiado (**confira folhas 159**), termo de responsabilidade e autorização de pagamento (**confira folhas 161**), ficha cadastral (**confira folhas 162**) e contrato de abertura de crédito (**confira folhas 161/168**) que comprovam efetivamente que houve celebração de contrato entre o autor e o Banco Finasa S/A, atual Banco Bradesco Financiamentos S/A e, ainda que o veículo financiado pelo autor é o mesmo veículo objeto do contrato.

Ademais, da análise dos documentos de folhas 127, 141, 161/162 e 168 e da procuração de folhas 58, resta evidente que as assinaturas são idênticas, o que corrobora a tese do réu de que o autor é mesmo devedor, o que legitima a inscrição do seu nome no banco de dados dos órgãos de proteção ao crédito, razão pela qual os pedidos do autor devem ser rejeitados.

Após a manifestação do réu, o autor foi intimado a se manifestar, quedando-se inerte, presumindo-se que, de fato, efetivamente contratou com o réu, de acordo com a farta prova documental trazida pelo réu em contestação.

Dessa maneira, de rigor a improcedência do pedido

Diante do exposto, rejeito o pedido, resolvendo o mérito nos termos do artigo 487, I, do Código de Processo Civil. Revogo a decisão de folhas 87/88. Sucumbente,



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

condeno o autor no pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios, esses fixados em 10% sobre o valor da causa, ante a ausência de complexidade, com atualização monetária desde a distribuição da ação e juros de mora a contar do trânsito em julgado.

Oficie-se à Serasa, comunicando-se a revogação da liminar.

Oportunamente, arquivem-se os autos.

P.R. I.C

São Carlos, 13 de outubro de 2016.

Juiz Alex Ricardo dos Santos Tavares

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**